

Saúde tem uma nova política industrial

A nova política industrial chega ao Ministério da Saúde. A partir de agora, os processos com pedidos de autorização para mudar a fórmula ou o nome de produtos, alterar o prazo de validade ou incluir na fórmula nova indicação terapêutica (no caso dos medicamentos) não vão mais esperar dez anos para serem liberados, como aconteceu com o xarope Bectol, cujo processo deu entrada em 1977 e só foi decidido em 1987.

A informação é do ministro da Saúde, Alceni Guerra, ao lançar ontem o Projeto Inovar, cuja vantagem mais imediata vai atingir diretamente os fabricantes com a desburocratização do processo de registro. O consumidor também será bem mais beneficiado do que atualmente, com a criação de um padrão para garantir a qualidade do produto desde a linha de produção até a sua exposição ao consumo. Essa medida juntamente com o reforço da vigilância sanitária vai reduzir o tempo entre a fabricação e o consumo, e principalmente, garantir produtos de melhor qualidade.

O Projeto Inovar cria um modelo novo de atuação na área de produtos, tornando mais rápida e eficiente a ativi-

JOAQUIM FIRMINO



Alceni lança o Projeto Inovar para acabar com a burocracia

dade de registro que a partir de agora é informatizada. E determina uma fiscalização mais rigorosa ao elaborar novas normas para direcionar a ação da vigilância sanitária. O Governo vai reduzir sua interferência sobre as empresas que se dedicam à produção, comercialização e venda de produtos, e descentralizar as ações de vigilância sanitária através de outros órgãos estaduais e municipais que compõem o sistema de saúde. No caso dos laboratórios, por exemplo, a fiscalização estará centralizada no Laboratório Fiocruz, mas os demais farão suas próprias análises.

De acordo com o ministro Alceni Guerra, o que mais vai facilitar a desburocratização do registro de produtos é a relevância dispensada a determinados produtos de fórmulas bastantes simples, que na prática demandariam muito menos tempo do que os mais sofisticados. Segundo o ministro, isso é falta de um padrão que facilite as análises e racionalize o trabalho. O ministro lembrou ainda que essa atividade apresenta ainda um nítido desempenho cartorial, que torna temerário afirmar sua real efetividade em termos de segurança e eficácia dos produtos expostos ao consumo.